

AS CONTRIBUIÇÕES DO MAPA EDUCACIONAL PARA GESTÃO DE QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Eugênia Morais de Albuquerque/UERN
eugeniamorais@uern.br

INTRODUÇÃO

Qualidade de Educação é uma expressão complexa e polissêmica, envolvem vários fatores (intra e extra) escolares, utilizada por vários organismos com objetivos diferentes. “Todos coincidem em aceitar a qualidade da educação ou do ensino como objetivo prioritário ou como um dos muito poucos que merecem consideração.” (Gentili e Silva, p. 95, 1994). Este trabalho resultou de orientações do Projeto PIBIC (2017/2018) e monografia (2018), apresentada no curso de Pedagogia da UERN, tem como objetivo socializar conhecimentos e as contribuições do Mapa Educacional para a melhoria da gestão de qualidade e do ensino em uma UEI do município de Mossoró. A metodologia utilizada: a base do referencial teórico Dourado (2007), Gentili e Silva (1994), Fernandes (2016), estudo documental da Lei de Responsabilidade, LRE n. 2717 – de 27 de dezembro de 2010 e do Mapa Educacional da UEI. Aplicação de questionários abertos com uma supervisora e duas professoras.

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: NA ÓTICA ORGANISMOS MULTILATERAIS

Desde a década de 1990, as políticas educacionais brasileiras, são dirigidas por organismos multilaterais. Assim, esses organismos definem em seus documentos a qualidade de educação, cuja eficácia é tão sonhada e desejada pelos “países que prezam a competitividade, principalmente aqueles em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.” (Albuquerque, 2010, p. 41). Assim, o papel dos organismos multilaterais é entendido como esboço que direciona a educação mundial.

Dourado (2007) ressalta que: O papel dos organismos multilaterais nas discussões de projetos educacionais e delineamento de políticas referentes à educação tem se tornado cada vez mais relevante, dado o financiamento de projetos e programas, produção de estudos e documentos orientadores de políticas na região. Logo, esse direcionamento aparece também, nas definições de educação de qualidade tratada por eles. Visto que para abordar educação de qualidade faz-se necessário abordá-la por

diversas dimensões. Desta forma, olhando pela perspectiva da UNESCO, qualidade da educação se dá por meio da relação “Insumos-processos-resultados”.

Neste sentido, a Unesco distingue ainda quatro extensões que definem educação de qualidade, “nas perspectivas pedagógica, cultural, social e financeira”. Pedagogicamente quando o currículo é cumprido eficazmente, Cultural porque os conteúdos precisam partir das vivências que os indivíduos estão inseridos, social quando a mesma contribui para a igualdade de todos, financeiros no que tange a eficácia na utilização de recursos destinados para a mesma. (Ibid).

Vale, portanto, ressaltar que assim como a Unesco, a OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), defende que educação de qualidade se por pela relação entre Insumos-processos-resultados, e ainda a relação de recursos humanos e materiais são fundamentais para a caracterização de uma educação de qualidade, como já foi dito outrora.

A OCDE ainda acrescenta que a qualidade da educação é tecida por meio também da avaliação, pois por meio deste os resultados expressam o desempenho dos alunos.

É importante também ressaltar que a Unesco e a OCDE, destacam que a definição de qualidade, está intimamente relacionado a existência de um ambiente escolar adequado, para o pleno desenvolvimento do aluno. Além disso, destacam, a necessidade de formação continuada para os docentes, remuneração adequada para os mesmos ainda a dedicação a uma única escola. Esses Organismos, ainda relacionam a qualidade de educação com a participação direta dos pais e da comunidade na escola.

Nesta perspectiva, a Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe, trata a qualidade de educação e aponta que existe a necessidade de medição de qualidade, e aborda também a avaliação (prova), como instrumento necessário. Ainda afirma que, “a avaliação é fundamental para o monitoramento das políticas e para orientar as intervenções no campo educativo” (Dourado, 2007, p. 12). A Cepal, assegura que para a qualidade da educação acontecer é importante tornar o ensino dinâmico, dotando escola com tecnologias e possibilitando novos meios na busca de informações e conhecimento. cita também a importância da formação continuada e o investimento fundamental na infraestrutura escolar.

Outro organismo multilateral que discute a questão da qualidade da educação é o BM - Banco Mundial, que define para qualidade da educação é necessária a medição da “eficiência e eficácia dos sistemas educativos” (Dourado, 2007, p.13). O BM,

caracterizam a qualidade da educação por meio de medição. O Banco, com o seu papel de financiador da educação, buscar financiar programas cujo o objetivo é o alcance também da equidade social, a expansão ao acesso, a eficiência interna e de uma dada concepção de qualidade.

A LEI DE RESPONSABILIDADES E O MAPA EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTOS NA MELHORIA DA GESTÃO DE QUALIDADE.

A Política da Educação Pública Municipal está alicerçada nas diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação do decênio (2015-2025) e na Lei de Responsabilidade Educacional (LRE). O Mapa Educacional é uma estratégia de gestão que foi instituído pela Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717, de 27 de dezembro de 2010. Ele é um instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, metas e/ou resultados das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Mossoró/RN.

A LRE tem por finalidade promover a melhoria na qualidade do ensino no município. Para atingir tal objetivo essa lei também prevê que cada instituição de ensino do município deve obter e por em prática o Mapa Educacional. Como está estabelecido no Art. 9º, “cada Unidade de Ensino que compõe a rede municipal de ensino deve elaborar, homologar no Conselho Escolar e encaminhar para a Gerência Executiva da Educação, até o dia 30 de março de cada ano, o Mapa Educacional, contendo metas e/ou resultados [...]”. (JOM, 2011). Nesse sentido, a LRE prevê que se as instituições cumpram as metas do Mapa Educacional, sendo seus resultados superiores ao ano anterior, ganharão o prêmio escola de qualidade, como está previsto nos artigos 10º e 11º da LRE (2010).

Como forma de controle e regulação dos resultados, foi criado, pelo regulamento da Lei nº 3001, de 20 de dezembro de 2012, o prêmio “Escola de Qualidade”, para as unidades de Educação Infantil e Escolas do Ensino Fundamental. Anualmente, cada estabelecimento de ensino deve apresentar um Dossiê que comprove os avanços dos seus resultados de desempenho, de aprendizagem e gestão. Por meio do Mapa Educacional são estabelecidos 13 indicadores e metas, a saber:

1. Matrícula e Evasão;
2. Infraestrutura física;
3. Rendimento escolar;
4. Desempenho escolar;
5. Programas educacionais e apoio ao currículo escolar;
6. Ações executadas para este indicador;
7. Produção pedagógica científica e cultural;
- 8.

Promoção de atividades de responsabilidade social; 9. Programas de apoio à família; 10. Quadro do corpo docente; 11. Quadro de funcionários; 12. Funcionamento dos conselhos escolares; 13. Modernização pedagógica e administrativa. (JOM, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é essencialmente importante para elucidar as exigências em que a política educacional do município de Mossoró, com a sistemática de gestão o Mapa educacional, vem implementando no contexto das Unidades de Educação Infantil, como também para a reflexão acerca dos impactos que este instrumento pode causar na obtenção de uma gestão de qualidade.

Ao analisar a restrita concepção de qualidade implantada na educação brasileira e principalmente na gestão escolar do município de Mossoró/RN, ignora-se questões intra e extra escolares, desconsiderando uma variedade de determinantes importantes, responsabilizando quem está na ponta do sistema escolar, que são os implementadores da política: professores, diretores pelos baixos resultados.

Enfim, Nas falas dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, eles pontuaram que o trabalho com o Mapa Educacional traz vantagens e desvantagens, embora seja considerado exaustivo, deixaram claro que possibilitam o planejamento, o acompanhamento e ainda uma avaliação de todas as ações da unidade escolar, o que influencia diretamente a qualidade do ensino. Mas em contrapartida é considerado cansativo, burocrático e insuficiente para legitimar qualidade. Incita a competitividade entre gestores e professores para ganhar o 14º salário. Necessário se faz a continuidade da investigação para comprovar que melhorias os indicadores vem provocando na gestão dos processos educativos da Unidade de Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eugênia Moraes. **A implementação do programa gestão nota 10 no sistema municipal de educação de Mossoró/RN (2005 a 2009)**. Natal: UFRN, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade Da Educação: Conceitos E Definições**. Brasil: MEC/INEP, 2007.

FERNANDES, Sheila Beatriz da Silva. Gestão na educação infantil: ações do mapa educacional no município de Mossoró/RN no período de 2011 – 2015. Agosto de 2016. P. 176. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. UERN – 09 de Agosto de 2016.

GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo qualidade total e educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1994.

MATIAS, Marleide da Cunha. Respira- se a Meta: Os Professores e a Performatividade na Educação Municipal de Mossoró. Mossoró/RN 2017. P. 109. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. UERN – 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

RUSSO, Miguel Henrique. **Contribuições da Administração Escolar para a melhoria da qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24^o ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. P. 317.

SILVA, Andréia Ferreira da, Org. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): avaliação da educação, organização escolar e trabalho docente em escolas municipais**. Campina Grande: EDUFCEG, 2013.